

No dia quinze de dezembro do ano de dois mil e quinze, às nove horas, na Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Previdenciária – SMAGP, à Avenida Augusto de Lima, 30, 10º andar, nesta capital, reuniu-se o Conselho Fiscal do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, do Município de Belo Horizonte, com a presença dos conselheiros: Gilmar Xavier Lima, Presidente, Cristina Ayer Taveira, Isabel Cristina da Cruz, Mauro Heleno Ladeira Oliveira, Nourival de Souza Resende Filho e Omar Pinto Domingos. Também presentes, pela SMAGP-Unidade Gestora Única do RPPS, Márcio Almeida Dutra, Alexandre Fonseca Dias, Cristina Maria Melgaço da Silva e Camila Mariana Coutinho. Márcio Dutra deu início à reunião comunicando aos conselheiros sobre a conclusão dos trabalhos do Censo Previdenciário e recadastramento dos servidores municipais. Isabel Cristina perguntou se o prazo para recadastramento dos ativos será prorrogado, e Márcio Dutra esclareceu que sim, até dia 15 de janeiro de 2016. Mauro Heleno indagou se o desbloqueio dos salários dos aposentados e pensionistas, em razão do não comparecimento, está retroagindo à data de bloqueio, e Márcio Dutra informou que sim, desde novembro de 2015. Esclareceu ainda, após ser questionado pelo conselheiro Omar Domingos sobre o projeto de Lei, que este já está na terceira versão, completando com mais informações sobre as principais alterações previstas no PL em questão, chamando atenção para o esforço que se está fazendo para que os beneficiários não sejam prejudicados pelas modificações previstas. Omar Domingos perguntou se a intenção é colocar o PL em votação ainda em 2015, e Márcio Dutra afirmou que sim, cuja conclusão deve ocorrer em breve. Passou então a palavra ao Presidente do Conselho, Gilmar Xavier, que deu início aos trabalhos. Cristina Melgaço apresentou a pauta da reunião: 1) Aprovação da ata da reunião anterior; 2) Verificação do Relatório de Investimentos do 5º bimestre de 2015; 3) Análise das Receitas e Despesas do RPPS-BH 5º Bimestre de 2015; 4) Apresentação e aprovação do Plano Anual de Trabalho para 2016; 5) Formação de GT para a elaboração do Relatório Anual de Trabalho de 2015; 6) Conhecimento das deliberações do Conselho de Administração. A ata da 22ª reunião, realizada em 13 de outubro de 2015, foi aprovada por unanimidade dos conselheiros. Passou a palavra ao Alexandre Fonseca, que apresentou o relatório de investimentos do 5º bimestre de 2015, mostrando a evolução dos rendimentos dos Fundos Financeiro e Previdenciário. Gilmar Xavier questionou se este ano bateremos a meta atuarial e quais são as expectativas e investimentos previstos para 2016. Alexandre Fonseca informou que em 2015 não se baterá a meta atuarial, em razão da alta da inflação e da volatilidade dos indicadores econômicos, e que o esforço do comitê de investimentos é reduzir a distância entre o percentual dos rendimentos do RPPS e da inflação. Para 2016, a proposta da meta é manter o IPCA + 4,5%, de acordo com a Política de Investimentos do RPPS, cuja deliberação deverá ocorrer na reunião do Conselho de Administração do dia 16 de dezembro de 2015. Complementou ainda que pouquíssimos fundos conseguirão bater meta atuarial este ano, e que o RPPS segue o enquadramento da resolução N° 3.922 do MPS para investimentos, informando que praticamente 55% da carteira de aplicações do BHPrev estão alocados em investimentos de curto prazo, para tentarmos minimizar o impacto da alta da inflação nos rendimentos do RPPS. Omar Domingos sugeriu que, para as próximas reuniões, os gráficos mostrem os investimentos de curto e longo prazo em cores distintas, e perguntou se a reunião do Conselho de Administração do dia seguinte traria alguma pauta significativa, além da votação da Política de Investimentos do RPPS. Márcio Dutra informou que terá pauta regular, e que a próxima reunião do comitê de investimento contará com a participação dos Secretários de Planejamento e Finanças, que estiveram presentes na última reunião. Esclareceu ainda que o RPPS está adquirindo software que auxiliará no monitoramento dos rendimentos, nos critérios da ANBIMA. Cristina Melgaço prosseguiu a apresentação dos demonstrativos das receitas e despesas dos fundos financeiro e previdenciário, prestando esclarecimentos sobre a diferença observada entre o resultado do fundo financeiro e o volume de aporte que ingressou nos meses de setembro e outubro, que variou em função da antecipação de receita das contribuições. Omar Domingos perguntou onde é possível verificar no demonstrativo essa antecipação, e Cristina Melgaço esclareceu que por tratar-se de adiantamento de contribuições, ela entra como receita. Omar Domingos completou, dizendo que o Tesouro antecipa parte das contribuições porque a data de repasse oficial é mais para o final do mês. Cristina Melgaço chamou atenção para o rendimento igual a zero no demonstrativo de setembro, esclarecendo que o rendimento negativo entra como um lançamento de variação que reduz o resultado. Nourival Resende indagou o procedimento, já que o demonstrativo deveria refletir o balancete, e solicitou que se fizesse a comparação entre os dois instrumentos, mostrando no balancete onde está demonstrada a conta de variação, e afirmou não estar confortável com a forma como as receitas e despesas vêm sendo demonstradas. Cristina Melgaço esclareceu que a STN ainda não chegou a uma conclusão sobre a forma de demonstrar os rendimentos negativos dos investimentos e que, por isso, são tratados em conta de variação no balancete. Mostrou no balancete o cálculo através do qual se chega ao resultado apontado na planilha de demonstrativo, com a ressalva dada à folha de pensão, que é a única despesa que vem sendo tratada como regime de caixa, em função das implicações no SICOM. Isabel Cristina perguntou por que as alterações necessárias na planilha não foram realizadas até o momento e informou que não aprovará as

contas se não estiverem transparentes. Cristina Ayer comentou que falta transparência nas contas. Omar Domingos comentou que o demonstrativo é uma coisa e o balancete, outra, e sugeriu que o demonstrativo traga notas explicativas quando houver alguma discrepância, já que há uma limitação técnica na demonstração desses resultados. Nourival Resende, retomando o questionamento feito sobre a demonstração dos resultados negativos, disse não justificar, já que o mercado pratica e tem resultados negativos em seus investimentos. Mauro Heleno concordou com a sugestão do Omar Domingos. Cristina Ayer pediu para que a planilha do demonstrativo fosse alterada no momento da reunião. Nourival Resende orientou que as planilhas sejam fidedignas aos relatórios e balancetes que são auditados. Cristina Melgaço disse que as planilhas de despesa são iguais, não existe falta de transparência, mas talvez de entendimento e que a única ressalva é quanto à folha de pensão, como já dito anteriormente. Já as planilhas de receita são colocadas de acordo com o Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR, do Ministério da Previdência, que são informados por competência e caixa e, o Sistema Orçamentário e Financeiro da PBH - SOF, somente caixa. Complementou afirmando que as planilhas apresentadas ao CF são passíveis de adequação por notas explicativas, como sugeriu o conselheiro Omar Domingos. Esclareceu, ainda, que a Prefeitura não implantou alterações nos relatórios SOF que atendam ao formato MCASP, e que os balancetes de 2015 só serão enviados ao CASP/SICOM no final do corrente exercício, referente ao 1º semestre, e no começo de 2016, referente ao exercício de 2015. Mauro Heleno perguntou a origem da diferença entre o resultado do fundo financeiro e o volume de aporte, e Cristina Melgaço esclareceu que o aporte é apenas o complemento do saldo em banco mais a antecipação de receitas. Cristina Melgaço prosseguiu apresentando os balancetes do RPPS e o plano de trabalho do Conselho Fiscal para 2016. Omar Domingos sugeriu que as reuniões do CF ocorram na semana seguinte à da reunião do CA. Mauro Heleno sugeriu que o Plano de Trabalho fosse aprovado e que, se necessário, ele passe por revisão no começo de 2016. Passou-se para o ponto de pauta para a formação do grupo de trabalho para a elaboração do Relatório Anual de Trabalho do Conselho referente ao exercício de 2015. Cristina Melgaço ficou de encaminhar aos Conselheiros os arquivos de apresentações e atas para elaboração do relatório. Nourival Resende afirmou que o relatório anual de trabalho não poderia ser realizado antes de 31 de março de 2016, data limite do envio dos balanços ao MPS. Omar Domingos atentou para o fato de que o relatório mostra apenas o andamento das reuniões, e que o parecer das contas é que deve ser posterior ao envio dos balanços. Márcio Dutra relatou sobre as deliberações do CA. Nourival Resende perguntou se a transferência dos imóveis do RPPS será para a PBH Ativos, e Márcio Dutra esclareceu que não, será para o Município, que indenizará o RPPS pelos imóveis, em doze parcelas mensais e consecutivas. Isabel Cristina chamou atenção para o fato de os valores dos imóveis terem sido alvo de questionamentos durante as discussões sobre o PL na Câmara. Márcio Dutra informou que os valores dos imóveis têm como base laudos de avaliação da Caixa Econômica Federal. Omar Domingos e demais conselheiros prestaram sentimentos ao falecimento do ex-Conselheiro, Ângelo Flores. Márcio Dutra fez breve homenagem, destacando a contribuição significativa do Sr. Ângelo Flores enquanto membro do Conselho de Administração do RPPS. Nada mais a ser tratado, eu, _____ (Camila Mariana Coutinho/BM: 81.476-1), lavro a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos conselheiros presentes na ocasião. Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2015.

Gilmar Xavier Lima

Cristina Ayer Taveira

Isabel Cristina da Cruz

Mauro Heleno Ladeira Oliveira

Nourival de Souza Resende Filho

Omar Pinto Domingos